



ColetivizaÃ§Ã£o de processos entra em anteprojeto do novo CPC

A comissão de juristas criada pelo Senado Federal para elaborar o anteprojeto do novo Código de Processo Civil discutiu, nesta tera-feira (23/2), várias teses estabelecidas que foram transformadas em propostas de dispositivos legais e deverão fazer parte do anteprojeto a ser apresentado ao Congresso Nacional.

De acordo com o ministro do Superior Tribunal de Justia Luiz Fux, presidente da comissão de juristas nomeada pelo presidente do Senado, senador José Sarney (PMDB-MA), entre as questões aprovadas estão a de coletivizao de demandas, a divisão do código por meio de um livro composto por uma parte geral e outra parte específica para recursos, bem como procedimentos a serem adotados para as medidas de urgência, a serem incluídas na programacao geral do CPC.

A implantao do instrumento do "usucapião extrajudicial" também fez parte dos temas debatidos ao longo do encontro, o que poderá ser efetivado por meio de uma busca a ser feita em cartórios sobre determinada propriedade.

O ministro explicou que, de um modo geral, a comissão está elegendo algumas aoes repetitivas que, depois de serem julgadas com ampla defesa, valerão para todas as outras demandas da mesma natureza e circunstancias. "Isso permitirá que o juiz decida de acordo com essa jurisprudência firmada e imporá aos tribunais locais a soluao adotada, o que evitará que os recursos ganhem os tribunais superiores", explicou.

Celeridade

Segundo Luiz Fux, os trabalhos em desenvolvimento privilegiam a celeridade frente à segurana jurídica; a valorizao da jurisprudência; a reduo dos recursos possíveis; e a exigência de exaustiva tentativa de conciliao antes do ajuizamento de aoes.

A comissão é formada pelos juristas Adroaldo Furtado Fabrício, Bruno Dantas, Elpídio Donizete Nunes, Humberto Theodoro Júnior, Jansen Fialho de Almeida, José Miguel Garcia Medina, José Roberto Bedaque, Marcus Vinicius Coelho, Paulo Cezar Pinheiro Carneiro e Teresa Wambier.

A partir de maro, serão realizadas audiências públicas em diversas capitais para apresentao dos pontos mais importantes do anteprojeto aos representantes da comunidade jurídica brasileira. A primeira delas acontecerá em Fortaleza, no dia 5 de maro. Em seguida, a comissão promoverá audiências nas cidades de Rio de Janeiro (11/3), Brasília (18/3), São Paulo (26/3), Manaus (9/4) e Porto Alegre (16/4).
Com informaoes da Assessoria de Imprensa do STJ.

Autores: Redao ConJur